Mudança técnica esvazia caixa de líder em crédito de carbono
Bettina Barros

Uma modificação técnica no mercado de crédito de carbono para a suinocultura pode ter forçado uma das maiores empresas internacionais do setor a recorrer à Justiça para resolver um problema de caixa estimado em pelo menos ? 90 milhões de euros.

A AgCert International, sediada em Dublin, pediu ajuda à Alta Corte irlandesa após ver seus papéis negociados em Londres despencar do patamar de 200 libras esterlinas pelo lote de cem ações em 2007 para quase 1 libra no começo deste ano. O motivo: a empresa vendeu um volume muito superior de créditos de carbono do que tem agora para entregar.

Com cerca de 80 projetos no México e no Brasil, a AgCert afirma ter sido prejudicada pelo ajuste de metodologia previsto no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), pelo qual projetos limpos geram créditos para países ricos, obrigados a reduzir suas emissões de gases-estufa sob o Protocolo de Kyoto.

Em entrevista ao Valor, o gerente-geral da AgCert Brasil, Álvaro Palermo, afirmou que a alteração na metodologia realizada em meados do ano passado reduziu significativamente o volume de créditos calculados pela empresa. Segundo ele, cerca de 7,2 milhões de créditos de carbono deveriam ser entregues neste ano. "Mas por enquanto só temos 1,2 milhão de créditos", afirma.

A AgCert, que havia feito IPO em 2005, voltou a fechar o capital. Desde fevereiro, está em processo de "examinership", um mecanismo introduzido na Irlanda nos anos 90 para evitar a liqüidação das empresas do país. Assim como na nova lei de falências brasileira, um administrador judicial é selecionado para negociar com os credores de forma a garantir a continuidade da empresa. No caso da AgCert, um representante da Ernst & Young, David Hughes, foi selecionado.

Uma decisão deverá sair nos próximos dias. A questão é como conciliar a continuidade da empresa e os direitos dos credores internacionais, formados por bancos, empresas e governos.

Palermo afirma que seus clientes - pouco mais de 370 produtores brasileiros de suínos - continuam recebendo normalmente sua parte no negócio. No caso, 10% da receita da AgCert. Mas o executivo prefere não comentar sobre o futuro da empresa. "Qualquer coisa que eu fale neste momento é boato", diz Palermo.

Mas uma notícia divulgada pelo site "Thomson Financial News" aponta que a AES Corporation - a multinacional americana controladora da Eletropaulo - teria interesse na empresa. A multi iniciou há três anos um braço para soluções climáticas, que prevê investimentos em projetos limpos para a redução de mais de 34 milhões de toneladas de gases-estufa até 2012. No início deste mês, ela comprou os créditos gerados por um lixão em El Salvador.

A questão agora é como conciliar a continuidade da empresa e os direitos dos credores, como bancos e companhias

---

Segundo o site, a AES teria concordado em baixar dos livros cerca de ? 20 milhões de euros devidos pela AgCert e outros ? 7 milhões de euros para pagamento a credores. Se aprovado, os credores receberiam até 10% do que lhes é devido, em pagamentos parcelados. Segundo o "TFN", isso representaria um montante mais alto se comparado com o que os credores receberiam se a empresa quebrasse.

A mudança na metodologia para suinocultura foi realizada pelo chamado Conselho Executivo da ONU, o órgão que regula o mercado de vendas de créditos de carbono. É um procedimento de praxe, realizado para todos os setores, e tem como finalidade aprimorar os projetos de MDL.

Em geral, as fazendas de suínos destinam os dejetos dos animais para piscinas cobertas com lona. O metano, emitido pelos dejetos, é enviado através de dutos para os biodigestores. Ali, ele é queimado e transformado em dióxido de carbono (CO2), um gás menos nocivo ao ambiente. Cada tonelada de CO2 produzida equivale a um crédito de carbono, que posteriormente é vendido no mercado internacional.

Com o ajuste na metodologia, além de informar quanto biogás será emitido pelos dejetos, o projeto deve ainda quantificar o gás efetivamente queimado. Isso é possível através de um gravador de dados, o "data logger", introduzido no processo. E aí está o problema: em muitos casos, as contas não fecham. "Podemos produzir de mil toneladas de metano e por alguma razão queimar 950 toneladas. A ONU só considera o menor valor", diz Palermo. "Quanto menos gás queimado, menor o volume de créditos gerados e a receita da empresa".

O tombo da AgCert pode ser explicado, em parte, pela concentração em um único negócio. As demais empresas do setor costumam diversificar seus portfólios, com projetos em PCHs e em aterros sanitários, por exemplo.

Outra explicação é o risco inerente ao mercado de carbono. Para agilizar o processo, as empresas costumam decidir investimentos antes do sinal verde da ONU - a aprovação do projeto. "Não dá para ficar esperando as autoridades porque o processo é demorado. Além disso, são mais seis meses para construir o biodigestor. Seria um ciclo muito grande", explica Palermo.

Mas chama a atenção o fato de as concorrentes, por ora, terem sentido menos o baque da metodologia. Pessoas ouvidas pelo Valor acreditam que a AgCert sofreu também problemas de administração de projetos.

Palermo refuta. "Como tínhamos capital aberto, os números eram expostos. Os concorrentes são fechados, então não temos como saber a posição deles".

Leia mais:

Referência global, comissão brasileira é criticada por consultorias do segmento

Referência mundial no mercado de crédito de carbono, a comissão brasileira designada a aprovar os projetos do país tornou-se uma dor de cabeça para as consultorias especializadas no setor. A maior crítica é em relação ao longo tempo que se leva para a análise e aprovação dos projetos no Brasil, mas a falta de transparência e de um canal de comunicação oficial com o governo também incomodam os desenvolvedores de projetos.

Segundo consultores da área, há um problema "logístico" no trato dos chamados PDDs, sigla em inglês para os projetos de créditos de carbono. Cada país possui uma autoridade designada para estudar esse projetos. No caso brasileiro a tarefa cabe à Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, composta por onze ministérios e capitaneada pela Ciência e Tecnologia. No seu comando está José Domingos Miguez, um profissional considerado altamente qualificado mas também centralizador.

"É uma característica do Miguez centralizar os projetos na mão dele. E como ele está sempre viajando, as coisas não andam", diz Flávio Gazani, presidente da futura Associação Brasileira das Empresas do Mercado de Carbono (Abemc), a primeira associação do setor no mundo, que será oficializada no mês que vem. Em outras palavras: quando Miguez não está, nenhum projeto é estudado, nenhuma decisão tomada.

O mercado, na voz de Gazani e inúmeros outros, quer maior fluxo de análise de projetos. Em geral, demora-se muito mais para aprová-los no Brasil que em concorrentes como China e Índia. Por isso, o país perde posição no ranking mundial de projetos - era líder, dois anos atrás.

"No México os registros de projetos levam em média quatro ou cinco meses. Aqui a gente continua parado em um ano", afirma Shigueo Watanabe, consultor-sênior da Geoklock. "A comissão passou a ser um gargalo".

Depois de autorizados pela comissão, os projetos seguem para a validação do Conselho Executivo da ONU, em Bonn, na Alemanha. Entre os projetos em fase de validação e os já registrados, o Brasil está em terceiro lugar, mas a diferença dos números é significativa. O Brasil possuía em 05 de maio, o dado mais recente divulgado pela comissão, 285 projetos. A Índia, 934. A China, 1134.

Para os consultores, o gargalo acontece porque as reuniões de análise dos projetos são feitas apenas a cada dois meses, um ritmo muito lento para o volume de papéis que chega hoje à comissão. Segundo eles, o longo espaçamento entre as reuniões era justificável no começo do desenvolvimento do mercado de carbono, quando o país ainda aprendia como fazer os projetos.

"Precisamos de mais agilidade", diz Maurik Jehee, superintendente para venda de créditos de carbono do ABN AMRO Real.

Mas não são só as reuniões. As inúmeras tarefas de Miguez combinadas ao seu caráter centralizador inviabilizam até mesmo a troca de informações entre governo e consultores. Além de secretário-executivo da comissão, Miguez é também coordenador-geral para Mudança Global Climática do Ministério de Ciência e Tecnologia e membro do board do Conselho Executivo da ONU.

Procurado pelo Valor, Miguez não foi localizado ontem. Estava a caminho de Bonn. Como de costume, a assessoria de imprensa disse que qualquer informação só pode ser fornecida pelo próprio secretário-executivo, inclusive dados básicos como o número de funcionários da casa.

"O mercado cresceu e a comissão brasileira não acompanhou isso", afirma Marco Monroy, presidente da MGM International, consultoria com escritórios em onze países, entre eles o Brasil. "É o custo Brasil do MDL". (BB)

Fonte: Valor Econômico, São Paulo, 30 e 31 maio e 1 jun. 2008, Agronegócios, p B11.

A utilização deste artigo é exclusiva para fins educacionais.